ATA RESUMIDA DA 437ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1997

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e quatro de novembro de mil novecentos e noventa e sete, em segunda convocação, às vinte horas e trinta minutos, tendo assinado a lista de presença cento e sessenta e oito Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente	:	José Edmur Vianna Coutinho
Vice-Presidente	:	Sérgio Lazzarini
Primeiro Secretário	:	Paulo Cesar de Arruda Castanho
Segunda Secretária	:	Dulce Arena Avancini

3) EXPEDIENTE

Comunicações gerais; comunicações da Diretoria; comunicações dos Presidentes das Comissões

Presidente - Em nome da Mesa do Conselho, propôs voto de pesar pelo falecimento em 04 de novembro do Conselheiro Mário Fittipaldi, Diretor Adjunto de Relações Educacionais, bem como que fosse observado um minuto de silêncio em sua memória, o que foi aprovado e executado em seguida. Leu trecho de notícia publicada no periódico "Rede A de Jornais de Bairro", enviada pelo Conselheiro Luiz Ernesto Machado Kawall, dando detalhes importantes e significativos da vida do Conselheiro Mário Fittipaldi, cuja participação no Clube foi marcante em todos os pontos de vista. Propôs, ainda, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Frauzina Ressinetti Alves, em 18 de novembro, sogra do Conselheiro Nelson da Cruz Santos, Membro da Comissão de Saúde e Higiene. Aprovado. Também em nome da Mesa submeteu ao plenário proposta de inserção em ata de voto de louvor ao Conselheiro Mário Marrese, Diretor Adjunto de Higiene e Saúde, agraciado com o diploma de Honra ao Mérito pelo Departamento de Urologia da Associação Paulista de Medicina. Aprovado. Disse que representou o Conselho no enterro e na missa de sétimo dia de falecimento do Conselheiro Mário Fittipaldi. Informou que está sendo estudada a conveniência do envio das convocações das reuniões via Internet, inclusive para reduzir as despesas com serviços de reprografia. Falou da sua intenção de fazer as comunicações que exijam maior celeridade via fac símile, pedindo aos Conselheiros que colaborassem fornecendo à Secretaria seu E-Mail na Internet e número de fax. Quanto ao Expediente encaminhado por escrito com a convocação das reuniões, disse que se está procurando dar as notícias relativas às correspondências recebidas e enviadas, com o possível detalhamento, a fim de que os Conselheiros tenham uma visão direta e imediata de seu conteúdo, o que não afasta a possibilidade da leitura dos documentos em sua integralidade na Secretaria do Conselho. Disse que acolheu e já colocou em prática sugestão da Comissão de Esportes, no sentido de que os destaques

esportivos objetos de votos de louvor por parte dos Conselheiros, no Expediente das reuniões do Conselho, sejam enviados à Diretoria para a confirmação dos respectivos feitos, retornando, em seguida, para o devido andamento. Com relação ao Jantar de Encerramento deste ano, comunicou que houve alteração na data de sua realização, de 5 para 12 de dezembro, insistindo na presença de todos os Conselheiros.

Primeiro Secretário - Colocou à disposição dos Conselheiros para consulta na Secretaria o Balanço Patrimonial do Clube em 31 de outubro. Comunicou que, segundo orientação da Engenharia, as telefonista do Clube estão proibidas de fornecer qualquer tipo de informação, inclusive sobre eventos e que, assim sendo, a comunicação sobre as reuniões do Conselho deverão ser transmitidas à Central de Atendimento e à Segurança. No caso das segundas-feiras, dia em que normalmente são realizadas as reuniões plenárias, considerando que a Central de Atendimento não tem expediente, a Segurança Operacional dará as informações pertinentes. Pediu fosse retificado voto de louvor aprovado na reunião anterior, de iniciativa da Comissão de Esportes, pois constou que o atleta Henrique Camargo Martins (do Atletismo) teria se destacado na V VIP Internacional de Tênis de São Paulo. Na verdade, a Diretoria encaminhou retificação, na relação que enviou à Comissão, pois o destaque foi do tenista Henrique Avancini. Deu ciência do recebimento de carta da Diretoria informando sobre que o Dr. Alberto Gentil de Almeida Pedroso demitiu-se do cargo de Diretor Adjunto de Serviços Jurídicos e que foi nomeado para substitui-lo, no biênio 1997/1999 o Dr. João Francisco Penteado de Aguiar (DI.516 e 524/97). Informou sobre o funcionamento do Clube neste fim de ano, de acordo com circular enviada pela Gerência Geral à Secretaria (circular 029/97).

Ricardo Espírito Santo - Prestou homenagem ao Conselheiro Mário Fittipaldi, discorrendo sobre sua atuação fora e dentro do Clube, em especial na seção de Futebol Menor, associando-se ao voto de pesar anteriormente aprovado.

Waldir Lachowski - Apresentou proposição consignando em ata voto de louvor à Diretoria, com destaque ao trabalho de coordenação da Diretoria de Relações Esportivas e Gerência e de apoio das Diretorias de Higiene e Saúde e de Serviços Sociais, pela realização e êxito do SPA Pinheiros - Um Convite para Viver Bem, de 17 a 21 de novembro. Aprovado.

Vicente Carlos Gonçalves - Propôs a inserção em ata de votos de congratulações, a saber: 1) à Diretoria Adjunta de Boliche, pela organização, realização e êxito do Campeonato Masculino de Boliche; 2) à Equipe Caçadores, que pela quinta vez consecutiva conquistou o Campeonato Masculino de Boliche; 3) ao Conselheiro Higino Carlos de Freitas Oliveira, nomeado Diretor de Marketing do Grupo I de Jornais. Aprovados.

Presidente - Leu proposta do Conselheiro Marcelo Amarante Mendes Filho, consignando em ata voto de louvor .às equipes de Futebol Menor do Clube, extensivo

ao Diretor Adjunto, Técnicos, Coordenadores e Patronos da seção, pelos resultados alcançados no Campeonato Estadual Interclubes de 1997. Aprovado. Antes de encerrar o Expediente, lembrou que o plenário, no dia 27 de outubro, discutiu durante horas o recurso de revisão encabeçado pelo Conselheiro Sérgio Vergueiro, acompanhado por 16 Conselheiros e que foi mantida a deliberação anterior que dera por intempestivo o recurso ordinário de Luiz Fernando Carneiro. Entretanto, todo esse trabalho pode ter sido em vão. É que, tendo o Sr. Luiz Fernando Carneiro apresentado também seu recurso de revisão, com o mesmo objetivo daquele encabeçado pelo Conselheiro Sérgio Vergueiro, esta Presidência negou-lhe seguimento porque, nos termos do Estatuto Social, o Sr. Luiz Fernando Carneiro não tinha legitimidade para apresentar esse recurso. Acontece que esse senhor, no dia 22 de outubro, 5 dias antes daquela reunião, ingressou no Fórum com Medida Cautelar objetivando que seu recurso de revisão fosse apreciado juntamente com aquele dos Conselheiros. O Juiz concedeu a medida liminar no dia 23, determinando que houvesse essa apreciação no dia 27. No próprio dia 23 o Cartório entregou ao oficial de Justiça o mandado do Juiz, documento que o habilita a fazer a intimação mas, sem qualquer motivo conhecido, o Oficial só veio entregar a intimação no dia 31, portanto, 4 dias depois de realizada a reunião. O Sr. Luiz Fernando Carneiro, então, pediu ao Juiz que determinasse que seu recurso de revisão fosse apreciado na primeira reunião extraordinária do Conselho que viesse a ser realizar, e o Juiz o atendeu. O Clube apresentou sua defesa e recorreu ao Tribunal de justiça, pleiteando que fosse revogada essa medida liminar, estando o processo aguardando decisão do Desembargador nomeado para esse fim. Entrementes, como a medida ainda não foi revogada, a Mesa já está designando o dia para a realização da próxima reunião extraordinária, para que seja apreciado o recurso de revisão do Sr. Luiz Fernando Carneiro, do que tudo será dado oportuno conhecimento aos Srs. Conselheiros.

4) ORDEM DO DIA

Presidente - Submeteu ao plenário proposta do Conselheiro Mário Lima Cardoso, de inversão da Ordem do Dia para apreciação, em primeiro lugar, do item Várias. A proposição foi rejeitada.

Item 1 - Apreciação da ata da 436ª reunião extraordinária, realizada em 27 de outubro de 1997.

Presidente - Leu pedido de retificação apresentado pelo Conselheiro Roberto Luiz Pinto e Silva, visando aperfeiçoar seu pronunciamento no item 2 da Ordem do Dia, a saber: "1 - Onde se lê: "Como um dos subscritores do recurso, entendeu que a Comissão se equivocou...", leia-se: Como um dos subscritores do recurso, entendeu que a Comissão Jurídica se equivocou". 2 - Onde se lê: "... ao colocar como preliminar uma tempestividade e que não existe tempestividade." Leia-se: ao colocar como preliminar de intempestividade, ao nosso ver, sem justificá-la.".

Presidente - Não havendo objeção, deu por aprovada a ata, com a retificação supra.

Item 2 - Apreciação do processo CD-15/97, referente à Proposta Orçamentária apresentada pela Diretoria, para o exercício de 1998.

Presidente - Comunicou os dispositivos estatutários que regem a matéria, que foi objeto de pareceres das Comissões das Comissões Permanentes Jurídica, Financeira, de Obras, de Saúde e Higiene, de Veteranos e de Esportes.

Antides Baroni Filho (questão de ordem) - Tendo em vista que a Comissão Jurídica em seu parecer referiu-se aos Arts. 141 e 142 do Estatuto Social, que estabelecem a proveniência e a destinação do Fundo Especial, perguntou à Comissão qual a base estatutária que permitiu à Diretoria propor que recursos de Investimento fossem utilizados no Custeio.

Presidente da Comissão Permanente Jurídica, Antonio Alberto Foschini - Respondeu que o pedido poderia ser amparado no inciso II do Art. 142 do Estatuto, que cita também "outras destinações".

Sérgio Vergueiro - **"**Eu não estou satisfeito. Com licença. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para não atrasar o andamento.

Presidente - Não. Assuma a tribuna, por favor.

Sérgio Vergueiro - Sr. Presidente, demais membros da Mesa; Senhoras e Senhores Conselheiros; Srs. Diretores e Associados. As minhas raízes estão no Interior. A minha linha paterna está ligada à agricultura desde que o meu tataravô chegou aqui no Brasil e se fixou especialmente em Limeira. E também parece que essa região, e isso tem correlação com o que nós vamos votar, e tem muita correlação com o orçamento. E também a minha família materna, Leonel, da Sorocabana, de Piraju, onde o nosso Vicente Gonçalves é um dos representantes das mais lídimas famílias políticas do 5º Distrito, o P.R.P. (Vozes em plenário). Conseqüentemente na simplicidade cabocla, na simplicidade do homem ligado à terra, à natureza, fora das sofisticações semânticas, a minha tia Rita, de Fartura ... (Vozes em plenário). E não é brincadeira, não. O senhor vai entender. (Vozes em plenário). Olha, o microfone está à disposição para qualquer aparte.

José Carlos Apasse - Eu só vou dizer .. Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de qualquer coisa, Sr. Presidente. Eu acho que isto aqui não tem a ver com o assunto. (Vozes em plenário).

Sérgio Vergueiro - O senhor verá.

José Carlos Apasse - Pela manifestação do Plenário, o senhor pode observar que há um certo descontentamento.

Sérgio Vergueiro - Não. A manifestação é de V.Exa. ...

José Carlos Apasse - É minha mesmo. Então eu quero registrar ..

Sérgio Vergueiro - ... que não pode-se manifestar como manifestação de qualquer coisa.

José Carlos Apasse - Não. Eu posso, sim e me manifesto.

Sérgio Vergueiro - Ou faz um aparte ou não.

José Carlos Apasse - Registre o que o senhor quiser. Eu estou aborrecido com isso.

Presidente - Conselheiro José Carlos Apasse ...

José Carlos Apasse - Pois não.

Presidente - O Regimento, aliás do qual o senhor é um grande paladino, determina seguinte. Quando houver um orador falando, só haverá apartes, se ele concordar. Se ele não concordar, por favor, não se expresse. Por favor.

José Carlos Apasse - Pois não. Eu estou avisado. Muito obrigado.

Sérgio Vergueiro - E também não precisa ter tanto medo da minha lógica, que ela não vai ferir os seus princípios. Voltando à minha tia Rita, de Fartura (Vozes em plenário), ela na sua simplicidade dizia o seguinte: Olha, o melhor negócio do mundo é fazer e vender coxinha de galinha. Porque o fogão é meu. A lenha é minha. A farinha é daqui. A galinha é do terreiro. A mão de obra sou eu mesma. Então o meu lucro é 100%. Esta história singela, e que na sua singeleza realmente às vezes até revolta aqueles que não estão abertos e afeitos para o debate, e talvez não saibam identificar nas opiniões contrárias as mesmas boas intenções que aqueles que não concordam, porque todos estamos aqui para o bem do Clube Pinheiros, e às vezes até identificam coisas em opiniões que não foram emitidas ainda. Porém, a minha tia Rita tinha razão, enquanto ela fazia as duas dúzias de coxinha de galinha que ela colocava na sua vizinhança, que a reputava uma excelente cozinheira e comprava sofregamente essas coxinhas de galinha. Ora, isso apenas em uma linguagem mais sofisticada, não é, e talvez mais aceitas pelos padrões de alguns Conselheiros, significa simplesmente o seguinte. Quando há uma ociosidade nos custos fixos, e nós aproveitamos essa ociosidade com outras atividades, o simples rateio do custo fixo cobre o custo adicional dessas atividades até um determinado limite. Ou seja, as duas dúzias de coxinhas de galinha. Porque se a tia Rita, movida por esse resultado quisesse extrapolar para 2.000 dúzias de coxinhas de galinha, o resultado que ela tinha naquelas duas dúzias, e ela aproveitando a capacidade ociosa do seu custo fixo fazia, ela provavelmente iria se deparar com os custos crescentes, com a causação circular desses custos. E,

conseqüentemente, iria ver que o resultado, que era positivo no varejo, ia se transformação em um resultado negativo no atacado. O Esporte Clube Pinheiros tem uma estrutura extremamente eficiente, mercê de administrações extremamente dedicadas e que vem sendo absorvido nos seus custos fixos paulatinamente. E a cada orçamento que nós examinamos, nós fomos esgotando esta área ociosa das nossas reservas, da capacidade dos nossos custos fixos. E fomos adentrando em custos crescentes, que são muito fáceis de aumentar e muito difíceis de reduzir. Nós hoje temos uma folha de pagamento de um milhão e meio de reais, em média, por mês, para 800funcionários. Dá quase uma média de dois mil reais por funcionário por mês. Nós temos uma distribuição em faixas salariais extremamente preocupante. Os nossos índices de liquidez, os nossos fundos de reserva, ou seja, aquela capacidade ociosa que a minha tia Rita tinha, foram paulatinamente sendo absorvidos. Estão aqui os pareceres constantes da Comissão Financeira. Os nossos índices de liquidez estão reduzidíssimos. Nós não temos mais liquidez. Nós estamos ampliando muito o nosso orçamento de custeio. E agora estamos começando a pretender reduzir o nosso orçamento de investimento, através de uma transferência de recursos, que é regulada pelo Estatuto, do orçamento de investimento para o orçamento de custeio. Isto é, nós temos 3 orçamentos: bares e restaurantes. Temos o orçamento de custeio e o do orçamento de investimento. Bares e restaurantes é um orçamento cujas fontes de receitas provêm da venda de alimentos, bebidas e eventos sociais, e cujas despesas são absorvidas pela compra desses insumos e pela mão de obra envolvida nisso. Este orçamento está com 675.000 reais de déficit, neste ano, 15,5% dos seus custos. Cada sanduíche que nós consumimos, cada refrigerante que nós tomamos, além do preço que eu estou pagando neste caixa, eu estou pegando 15% deste valor de todos vocês, de todos os associados. E esse déficit, pelo andar da carruagem, vai chegar a um milhão no fim deste ano, que é exatamente o montante que se pretende transferir do orçamento de investimento para o orçamento de custeio. Um milhão e cinqüenta, ou coisa que o valha, se não me falha a memória.

Presidente - Sr. Conselheiro, o seu tempo está esgotado e eu lhe dou o tempo suficiente para concluir, os 5 minutos de praxe.

Sérgio Vergueiro - Muito obrigado, Sr. Presidente. Conseqüentemente, eu recebo aqui uma proposta orçamentária em que o orçamento de bares e restaurante está equilibrado. Eu recebo todos os anos este orçamento e todos os anos bares e restaurantes dão prejuízo, prejuízo que chega a esta casa de um milhão de reais. E eu estou examinando um orçamento que me é apresentado novamente para zerar, como foi o do ano passado. Portanto, eu não estou de acordo. Ou vem uma proposta orçamentária prevendo o déficit que vem-se transformando em um déficit histórico, isso não é culpa de ninguém, mas é um déficit, os associados que não comem o meu sanduíche estão pagando. Ou então eu não posso aprovar um orçamento que evidentemente colide com a realidade, que na minha simplicidade eu vejo como no mínimo um número que não bate com a realidade. E vem o orçamento de custeio onde pede um aumento de 15%, para refazer o Fundo de Emergência, que precisa ser refeito, porque foi utilizado. Os

nossos índices de liquidez estão lá embaixo. Nós estamos pedindo ao associado o financiamento desse orçamento, porque 80% do orçamento de custeio é financiado pelas mensalidades que nós pagamos. E para minimizar esse pedido, que é necessário, porque ele precisa desse dinheiro, o orçamento de custeio precisa desse dinheiro, no ponto em que as despesas estão, ele precisa, nós vamos transferir um milhão de reais do orçamento de investimento . Ora, o do orçamento de investimento tem fundamentalmente o seu Fundo Especial. E o seu Fundo Especial é regulado exatamente pelo Artigo 141, que é de onde provêm os Fundos do Fundo Especial, que vêm das taxas de transferências dos títulos, que é o dinheiro que nós temos para investimentos. É o que repõe o capital do Clube. E por isso o Estatuto teve o cuidado de prever que o Fundo Especial será aplicado exclusivamente: I - na execução do Plano Diretor, elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho Deliberativo; II - na execução de obras, reformas e outras destinações, nós não vamos ler frases soltas aqui, dentro do espírito do Estatuto, na execução de obras, reformas e outras destinações ou aquisição de áreas para outras modalidades esportivas, sempre mediante autorização do Conselho Deliberativo; III - em investimentos e empreendimentos de caráter lucrativo que proporcionem renda extra ao Clube, aprovados pelo Conselho Deliberativo. São verbas para o ativo fixo. São verbas que a minha tia Rita não ia aplicar em farinha, ia aplicar no fogão. Porque ativo fixo é o fogão da tia Rita também. E ativo fixo é o patrimônio deste clube, que é mantido por destinação estatutária pelo Fundo Especial. E nós pretendemos agora retirar, no meu entender antiestatutariamente, dinheiro que está destinado a se aplicar no ativo fixo deste clube, para não dizer que nós precisamos de 25% de aumento e não 15%. Quem gasta, peça, assuma a responsabilidade de pedir aos sócios o a mais que precisa da sua mensalidade. Eu não vou aqui participar de uma opinião que tira do dinheiro que pertence ao Clube a sua destinação estatutária para dizer que eu estou aumentando apenas em 15% a mensalidade. Custeio precisa de dinheiro? Muito bem. Quem deu à luz Mateus que o amamente. Peça ao associado esse dinheiro. Peça os 25% para cobrir todos esses gastos que estão sendo feitos. Mas deixe o dinheiro destinado ao ativo fixo deste clube à sua destinação, porque este é o nosso alicerce. Os Srs. Conselheiros mais antigos hão de se lembrar. Quando na época inflacionária a receita financeira provinha do caixa único e era toda revertida para o orçamento de custeio, este Conselho determinou que a receita financeira fosse rateada na proporção da contribuição ao caixa, pelo orçamento de investimento e de custeio, e que fosse alocado ao custeio o que provinha dos excessos de caixa e do custeio. E ao investimento o que provinha do orçamento de investimento. Conseqüentemente, a cada local e a cada verba o seu destino. Portanto, eu sou contrário a essa transferência que retira dinheiro de uma definição estatutária para reduzir o testemunho de que nós estamos gastando demais, que nós estamos precisando de mais 25% na mensalidade. Conseqüentemente, Sr. Presidente, eu peço que se preste atenção a todo o que diz o Artigo 142 e não a uma frase pinçada. Evidentemente, nós teremos aqui juristas que poderão fazer grandes pareceres sobre isso. Mas na minha simplicidade, investimento é investimento, custeio é custeio.

José Manssur - Vamos deixar os juristas em paz. Até agora, eles não falaram nada. (Vozes em plenário).

Sérgio Vergueiro - Srs. Conselheiros, esta é a minha opinião. E eu peço, Sr. Presidente, que seja registrado antecipadamente que eu voto contrário à aprovação do orçamento de custeio, a essa transferência, ao orçamento de investimento que está retirado dessa verba, e a orçamento de bares e restaurantes, que não colide com a realidade, porque nós já temos 675.000 reais em setembro de déficit nesse item. Muito obrigado.**".**

Antides Baroni Filho - Considerando que o Estatuto estabelece que o Clube tem 3 orçamentos: Custeio, Bares e Restaurantes e Investimento e que o Fundo Especial se destina tão somente a este último, pediu que a Comissão Jurídica esclarecesse se dinheiro do Fundo Especial poderia a qualquer momento ir para Custeio, ou não. Questionado pelo Sr. Presidente, respondeu que sua questão de ordem baseava-se no entendimento de que o inciso II do Art. 142 do Estatuto, que estabelece que o Fundo Especial se destina exclusivamente ao Orçamento de Investimento, estava sendo contrariado, uma vez que a Diretoria estava propondo a transferência de R$1.085.000,00 de seus recursos para o Orçamento de Custeio, para fazer face ao depósito judicial do INSS (11/96 a 04/97).

Presidente - Disse que não considerava isso uma questão de ordem. Mais do que isso, o Conselheiro Sérgio Vergueiro já havia se manifestado a respeito da matéria e a questão já era mérito e seria objeto de votação. Tendo o Conselheiro Antides Baroni Filho respondido que se a proposta fosse antiestatutária sua argüição seria cabível, suspendeu a discussão do item como um todo e iniciou o debate e a votação a respeito da questão de ordem, no sentido de que a Proposta Orçamentária, na parte relativa a Fundo Especial, estava contrariando o inciso II do Art. 142.

Renato Taglianetti - Disse que os problemas deviam ser encarados com absoluta serenidade. A constituição desse fundo realmente foi destinada para o engrandecimento do Clube. Acontece que já há alguns anos, justamente na suposição de não agravar a oneração dos sócios, o Clube foi obrigado a recorrer a esse fundo, para atender a certas despesas a que havia sido condenado judicialmente. Pior seria se ele, Clube, fosse penhorado, sofrendo outras conseqüências. De outro lado, isso já vinha do passado. Conseqüentemente, as prestações de contas das Diretorias anteriores, que fizeram uso dessa verba, foram aprovadas pelo Conselho. Portanto, simplesmente inútil a discussão, tomando o tempo precioso do plenário. Perguntou qual a solução que o Conselheiro Baroni queria dar para o assunto, se se pretendia, agora, inventar uma nova contribuição para recompor esse fundo e se alguém era capaz de dizer que esta Diretoria, ou as anteriores aplicaram mal o dinheiro. Se o fora, desafiava no sentido de que fosse demonstrado que a Diretoria errou, mas que fosse feita prova.

Antides Baroni Filho - Observou que em nenhum momento tinha se pronunciado contra a Diretoria e nem era contrário à Proposta Orçamentária, mas que era necessário se preocupar com as normas que regem o Clube, o seu Estatuto Social. Ou ele tem valor, ou não tem. Se nele existir alguma dúvida quanto à sua interpretação, que se o modifique definitivamente. Os Arts. 141 e 142 são claros quanto à destinação dos recursos do Fundo Especial para Investimento, e não para Custeio. O problema era que se pretendia rasgar o Estatuto por uma diferença de R$2,00 na mensalidade - que, com base em setembro/97, passaria de R$77,70 para R$80,60. Respondeu ao Conselheiro Renato Taglianetti que se fosse necessário apresentaria emenda dando o dinheiro que a Diretoria estava pedindo, sem contudo desrespeitar o Estatuto.

Antonio Alberto Foschini - Para elucidar sobre a questão de ordem, pela Comissão Jurídica entendeu que o inciso X do Art. 76 é claro ao estabelecer que o Conselho tem competência para deliberar sobre transferência ou reforço de verba e bem assim sobre a aplicação dos fundos especiais. Tendo o Cons. Sérgio Vergueiro aparteado para perguntar quais são os fundos especiais, para defini-los leu inteiramente o Art. 142 do Estatuto Social, dando destaque ao seu inciso II.

Presidente - Tendo o aparteante insistido na sua indagação, enfatizou que a pergunta já tinha sido respondida e encerrou a discussão. Submeteu a matéria à votação, tendo sido rejeitada a questão de ordem. Passou, então, à discussão da Proposta Orçamentária como um todo.

Sérgio Henrique de Sá - Pediu esclarecimento da Comissão Financeira quanto ao seguinte: constou resumo das receitas um pedido de 15% de aumento. Porém, nesse mesmo resumo, o número constante era 10%. Ou o parecer se equivocou, ou o resumo das receitas estava equivocado. Em segundo lugar, disse que nunca foi delineado na proposta orçamentária o quanto representa a inadimplência. Porque R$2,00 ou R$3,00 a mais do aumento proposto - o que já julgava muito - poderia vir a representar um grau de inadimplência ainda maior. Observou que nunca soube o quanto isso estava representando no bolso dos demais contribuintes, afinal, o Clube assemelha-se a um condomínio, e se acaba pagando a conta de quem não está pagando.

Adriano Amaral Resende - Explicou que no parecer, a Comissão fez uns destaques que foram mencionados na proposta orçamentária. Se se levasse em conta o constante da página 25, ter-se-ia os 15% calculado para aumento das contribuições sociais. E na página 33, onde tinham sido lançadas as receitas e as despesas, realmente aparecia um percentual em relação à contribuição social de 10%, na composição da receita. Foram considerados os 15% de aumento em relação à previsão com base em setembro de 1997, bem como as despesas com o INSS, lançadas nas contas de despesas, de R$3.418.712,00, e daquela parcela, de 11/96 a 4/97 (R$2.010.228,00). Os 3% de economia também estão lançados na conta de despesas. E a reversão da conta de Investimentos, que também foi lançada na conta de despesas. Então, como a Comissão

destacou 15%, e aparecia 10%, disse que gostaria que esse número fosse melhor esclarecido pela Diretoria.

Arlindo Virgílio Machado Moura - Falou que a maior busca da Diretoria na apresentação daquela peça era a estabilidade. Embora partilhasse das preocupações do Conselheiro Sérgio Vergueiro, entendia que a Diretoria foi mais aplicada e muito ciosa das suas obrigações e de seus deveres de apresentar uma peça que possa ser exercida e traga ao Clube a tranqüilidade que ele precisa. Como está se vivendo um período muito penoso para a sociedade, é preciso que se leve em consideração as possibilidades de pagamento. Talvez um aumento necessário, de 25%, fosse enganoso, porque levaria a uma inadimplência muito alta. Lembrou que no começo deste ano o Conselho entendeu ser a melhor posição não aprovar um pedido da Diretoria, de aumento da contribuição, na ocasião preocupado em não onerar o corpo associativo, entendendo que a Diretoria poderia fazer outras ações para cobrir a necessidade surgida com relação à questão do INSS. Esta mesma preocupação norteou a Diretoria na peça orçamentária ora apresentada. Preferível que se aumente menos e se utilize outras alternativas de receitas, mantendo a contribuição social em um nível aceitável e evitando o aumento da inadimplência. Entendeu perfeitamente possível a transferência de recursos de Investimento para fazer face às despesas de Custeio, se combinados os Arts. 76 e 142. Importante verificar que os dados contidos no AVO, mensalmente encaminhado ao Conselho, demonstram a receita, em relação à previsão, está cerca de R$2.000.000,00 a menor e as despesas estão cerca de R$2.000.000,00 a menor, demonstrando um grande esforço da Diretoria em manter equilibrado o orçamento. Se há questão de 6, 7 meses o Conselho exigiu da Diretoria uma postura de aperto na execução orçamentária, no que diz respeito às despesas, ela respondeu de forma inequívoca, embora, infelizmente, as receitas também tenham baixado muito. Isso significa que se deve ter uma grande preocupação com o aumento da inadimplência, o que foi considerado nesta proposta. É preciso que o Conselho reconheça que a peça orçamentária abarca este aspecto, mesmo que o Clube abdique de crescer em 1998. Evidente que esta não é uma situação cômoda para a Diretoria, nem para o Conselho, pois é preciso que o Clube cresça sempre, que tenha recursos para investimentos para manter sua sociedade forte. Mas não é o momento. Na realidade, o orçamento de Custeio está diminuído em 3% em relação ao ano passado. O aumento de 15% deve-se à necessidade de cumprir obrigações com o INSS e agora não resta outra saída. Embora a questão ainda esteja "sub judice", os depósitos judiciais estão sendo efetuados. Era importante que se desse à Diretoria um orçamento mais folgado. Infelizmente, e até no entender dela, isso não era possível neste momento.

Sérgio Vergueiro (aparte) - Solidarizou-se com o orador, partilhando da opinião de que o valor da mensalidade já chegou no seu máximo. O Clube não pode exigir mais nada da mensalidade do associado, sob pena de entrar num alto grau de inadimplência.

Eduardo Lobo Fonseca - Recordou que há cerca de 5 anos o Conselho foi alertado e há 2,3 anos, por ocasião da apreciação do orçamento vem sendo discutida a questão de

que se está esgotando a capacidade do corpo associativo. É importante que se esteja reconhecendo essa situação. Registrou o esforço da Diretoria, lembrando que no começo deste ano havia colocado ao seu atual Presidente a sua muito grande preocupação quanto às finanças do Clube, assunto que já havia levado ao Presidente anterior mais de uma vez, que o problema vinha se acumulando. Do ponto de vista orçamentário, talvez os problemas hoje não sejam tão grandes quanto possam parecer, porque o orçamento no final é um registro frio, embora dele conste o plano de ação e tudo o mais. A grande finalidade do orçamento é: quando há dinheiro, que bem se aplique o dinheiro. No Clube isto está se tornando um pouco diferente, ele está ficando sem dinheiro. E aí o orçamento passa a ser uma abstração. Hoje em dia isso vem acontecendo com os orçamentos públicos, e verifica-se que o governo de alguma forma se equilibra não porque ele tenha agido adequadamente com o seu orçamento, mas porque não há dinheiro. Disse lhe parecer que o problema maior do Clube hoje é o financeiro. Acompanhando o A.V.O, pode-se ver que ao final de setembro o Clube dispõe, entre recursos, dinheiro, caixa, Banco e aplicações financeiras, R$120.000,00. Pelo que se pode analisar no relatório da Comissão Financeira, o índice de liquidez imediata é praticamente zero. É muito difícil, para quem durante tanto tempo, junto com outros Conselheiros, alertou para este fato, ter que reconhecer que o Clube precisa desse montante que hoje a Diretoria solicita, mas muito mais por um problema de caixa. A Comissão de Esportes, em seu parecer salientou alguns pontos importantes, e entre outros, aquele de que talvez neste momento fosse muito mais importante e adequado comparar a proposta orçamentária com o que está se realizando, não com o que foi orçado para este ano. Isso garantiria a permanência desses ganhos conquistados pela Diretoria, especialmente nesta gestão, nos últimos 6 meses, à qual fez questão de parabenizar, porque demonstra estar efetivamente enfrentando o problema, como deveria ter sido feito antecipadamente. De qualquer forma, não se pode misturar as duas situações, nem negar à Diretoria esses recursos. Apresentou proposta pretendendo o seguinte: 1) o acréscimo de 15% sobre o valor das contribuições sociais fosse assim distribuído: somente 1/3 deste percentual (ou seja, 5%) seja acrescido às Contribuições Sociais, na forma proposta pela Diretoria, com a proporcional readequação, para fazer face à redução desta receita, de cada um dos itens de despesa do orçamento de custeio, e que os restantes 2/3 (10%), sejam cobrados como "Contribuição Emergencial para Recomposição de Caixa" destinada integralmente ao Fundo de Emergência; 2) a cobrança da Contribuição Emergencial será feita simultaneamente com a das Contribuições Sociais, explicitada separadamente como "Contribuição Emergencial para Reforço de Caixa", conforme opção do associado: em 1 ou 2 vezes quando optasse pelo pagamento de anuidade, ou mensalmente.

José Manssur - Além de equilibrada, denominou a peça orçamentária extremamente adequada à realidade social no momento atual por que passa o país, que não pode ser ignorada. Fomos apanhados de sobressalto, diante das inúmeras medidas econômico-financeiras, que vindas de outros países, apanharam de frente o Brasil, fazendo com que as autoridades governamentais lançassem mão de pacotes econômicos, para tentar minimizar o impacto decorrente desta grave situação. E essas medidas econômico-

financeiras irão onerar a cidadania como um todo, e principalmente a classe social que compõe o Clube e que tem que enfrentar outros compromissos de sua vida privada, dentre eles o pagamento de suas contribuições sociais. E evidentemente, numa linha de escala de preferência, aquele necessitado não terá dúvida alguma em talvez incidir em mora, para com o pagamento das contribuições sociais, para que não traga prejuízo no pagamento daquelas obrigações que, embora tão importantes quanto às do Clube, tornam-se mais imediatas porque podem dizer respeito ao próprio sustento seu e de sua família. Dentro deste enfoque genérico, verifica-se que a proposta da Diretoria trouxe dentro de si uma grande preocupação, aquela decorrente da contribuição patronal exigida pelos institutos previdenciários, e que o Clube está depositando em juízo, até final decisão de mérito da medida judicial. Se o próprio país já assumiu que o seu crescimento será nenhum em 1998, o Pinheiros, que é uma célula dentro daquele, não pode ter a pretensão, em um momento tão difícil, de querer crescer. Se a demanda obtiver êxito, os depósitos judiciais retornarão ao Clube, e, conforme fixado pelo plenário, a Diretoria virá ao Conselho e será soberanamente decidida a destinação a ser dada a tais recursos em devolução. Se porventura, o contrário lamentavelmente vier a acontecer, muito embora o argumento da isonomia com os clubes de futebol seja poderoso, os recursos já estão depositados, serão entregues ao Fisco, e nada mais será exigido deste Clube, em termos de oneração, que terá o seu grande patrimônio tão grande quanto o seu patrimônio moral, devidamente preservado. O país vive uma fase histórica, em que os privilégios tendem a terminar. Na última medida econômica, ficou claro que os Bancos oficiais estão proibidos de repassar recursos aos Estados e aos Municípios, que terão que buscar em outras fontes rendas suplementares para fazer frente aos seus gastos e ao seu custeio. Haverá um dia em que talvez o Clube venha a perder a isenção do IPTU, como a própria Diretoria assinalou, embora a priori não queira comprometer o Pinheiros e o corpo associativo e espere o momento exato para fazer esta colocação. Não se pode esquecer, ainda, que neste último momento econômico foi aventada a possibilidade até de ser perder a isenção do Imposto de Renda, muito embora o Clube não pareça estar tipificado na hipótese, pois se trata de associação sem fins lucrativos. Com relação aos recursos humanos, as demissões desenfreadas atualmente são entendidas como dupla oneração. Há oneração decorrente do pagamento das indenizações trabalhistas acrescidas de 40%, como na perda de um pessoal especializado e treinado para atender aos sócios. Portanto, não será nos recursos humanos que se encontrará conforto para uma situação econômico-financeira. A inadimplência é presente, mas a experiência tem ensinado que nesses momentos difíceis o associado comparece mais ao Clube, aumentando a arrecadação e mantendo os pagamentos em dia. Importante ter em mente que os Diretores estão emprestados para fazer um exercício de um mandato diretivo, outorgado pelo próprio plenário, portanto, são aliados e não inimigos e quando precisarem de recursos, deverão vir ao Conselho, que nunca lhes faltará, como nunca faltou a nenhum Presidente.

Pedro Paulo Salles de Oliveira - Lembrou que o Clube já superou grandes dificuldades financeiras, decorrentes de situações vividas pelo país; enfrentou a dificuldade de ser um simples clube de campo e se transformar num clube de intensa

atividade. Tudo isso custou dinheiro. Ele mesmo, aos 30 anos, juntamente com outros Diretores avalizou um empréstimo para que o Clube pudesse pagar os funcionários, os quais nunca se pensou em demitir, porque eram absolutamente necessários. Quanto à possibilidade de transferência de recursos, entendeu que ela sempre existiu, dada a vontade de se colaborar. Sobre a emenda do Conselheiro Eduardo Lobo Fonseca, disse que era favorável à aprovação integral da peça apresentada, que reflete a atual circunstância econômico-financeira, inclusive porque na sua proposta, a Diretoria esclareceu que na perspectiva de que sejam mantidas as atuais condições do IPTU, não considerou a despesa correspondente e que, como essa isenção não é originária de lei e vem sendo obtida quando da votação do orçamento pela Câmara, caso tal lançamento venha a ocorrer, ela voltará ao Conselho, com proposta de cobertura do respectivo dispêndio. Esta será uma emergência e se justificará por questões externas ao Clube. Salientou que conhece o inteiro teor da Medida Provisória e que nela existem dispositivos que afetarão os planos de saúde, independentemente de serem ou não lucrativos, entendendo que não há garantia de que isso também venha a ocorrer com os impostos sobre as sociedades desportivas.

Presidente - Acolhendo pedido, com fundamento no Art. 61 do Regimento do Conselho, perguntou se o plenário se se sentia devidamente esclarecido. Explicou ao Conselheiro Cláudio Damasceno Júnior que os esclarecimentos à Diretoria deveriam ser pedidos por ocasião da manifestação desta.

Presidente da Diretoria, Cezar Roberto Leão Granieri - Devidamente autorizado, designou o Vice-Presidente Sérgio Fuchs Calil para prestar os esclarecimentos solicitados.

Presidente - Pediu ao Sr. Vice-Presidente que abordasse, também, sugestão que já havia encaminhado à Diretoria, e que o autor, Conselheiro Luiz Koji Ohara reapresentava, inclusive se propondo a transformá-la em emenda, no sentido de que a anuidade pudesse ser paga em 4 vezes, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, justificando que o parcelamento seria benéfico para o Clube, porque aumentaria a expectativa de arrecadação desses recursos, da mesma forma que facilitaria as condições de pagamento para o associado.

Sérgio Fuchs Calil - Comunicou que o nível de preocupação da Diretoria com relação a esta peça orçamentária é o mesmo que ela vem tendo nos anos anteriores, em que pese estar-se vivendo um período de constante turbulência econômica. O reflexo das medidas muitas vezes atrapalha a execução orçamentária, mas isso já se tornou habitual no país, e, por conseqüência, no Clube. A previsão fez algumas opções para 1998, que a Diretoria entendeu absolutamente necessárias para que o Clube possa viver um ano tranqüilo. O problema do INSS já vinha sendo alertado há muitos anos chegou o momento de ser enfrentado para se equacionar a questão. É possível que futuramente surjam outros problemas, mas não é necessário se antecipar. Quando eles vierem, a Diretoria recorrerá ao Conselho, que jamais se negou a apoiá-la. Com relação ao

aumento de 15% proposto pela Diretoria, foi pedido em função das despesas com o INSS e deveria ter sido da ordem de 22%. A Diretoria não propôs a majoração das mensalidades em 22%, entendendo que a opção correta seria retirar parte desses recursos do Orçamento de Investimento. Embora tenha sido questionada em plenário, essa opção tem fundamento jurídico. Outra parte dos recursos procurou-se retirar do próprio Orçamento de Custeio, com algumas reduções adicionais em relação ao que havia sido previsto para 1997. A Diretoria fará um esforço adicional em cima deste orçamento, para que ele fique próximo ao realizado neste exercício e com isso se possa reduzir um pouco mais as despesas e, conseqüentemente, a necessidade de recursos para o ano que vem. Demonstrou-se satisfeito com a resposta do Conselho, pois as manifestações de até então discutiam apenas a forma de arrecadar esses recursos, mas entendia que a solução contida na proposta da Diretoria fosse uma alternativa mais plausível. Não seria o momento de majorar as contribuições além dos 15%, porque este número seria suportável para os sócios nas atuais circunstâncias. Hoje o Clube tem níveis de 7 a 8% de inadimplência, o que não é muito, visto que outros tipos de serviços prioritários na vida da sociedade estão em níveis até muito maiores, como, por exemplo, os planos de saúde, mas precisam ser monitorados. E, se futuramente o Clube tiver que pagar outras taxas, como IPTU, a Diretoria recorrerá ao Conselho. A previsão orçamentária precisa ser feita à luz das informações hoje disponíveis, e não das que eventualmente possam ocorrer ao longo do ano. Por enquanto, está sendo proposto o necessário. Fez uma observação conceitual em relação a uma das propostas, que dividia este aumento em um aumento propriamente dito e em taxas emergenciais, que no fundo somariam os mesmos 15%, mas com uma nomenclatura diferente. Disse que não se deve chamar de emergência aquilo que não é emergência e que o termo deve ser usado quando ela efetivamente acontecer. Explicando esse entendimento, disse que o INSS de 1998 representaria por si só um aumento da ordem de 14,5 a 15%. Os 22% que ele, orador, havia mencionado se compõem dos 15% do INSS normal de 1998, e dos outros 7%, referente ao INSS de novembro de 1996 a abril de 1997, cujo depósito ainda não foi efetuado e deverá ser pago. Foi feito apenas o depósito do período compreendido a partir de maio deste ano. Esses 7% não se repetirão nos anos seguintes, este percentual representa apenas uma recuperação de algo que ficou judicialmente pendente. O que se repetirá nos exercícios seguintes será o INSS do próprio ano. A Diretoria está propondo o aumento de 15% para 1998, e nos anos subseqüentes não será preciso aumentar mais, já estará incorporado na contribuição e já fará parte da rotina de arrecadação e despesa. Daí existirem duas situações excepcionais que a Diretoria pretende administrar, mas que só serão aplicadas em 1998, ou seja, um esforço adicional sobre o Orçamento de Custeio, sem desconforto para os sócios, e a transferência de recursos de Investimento para Custeio, apenas para cobrir esta parcela do INSS a que tinha se referido antes. Isso não acontecerá permanentemente, a ponto de colocar em risco o patrimônio do Clube, apenas e tão somente no exercício de 1998. Não se pode colocar como uma taxa de emergência de 5% porque não é verdade, na medida em que esses 5% estarão embutidos nas contribuições dos exercícios subseqüentes, para pagamento do INSS do próprio ano. Assim, mantida a proposta pela Diretoria, estaria traduzida com clareza a situação com

a qual o Clube terá que conviver daqui para frente, com relação ao problema do INSS. A folha de pagamento do Custeio é da ordem de R$860.000,00, valor absorvido pelas contribuições sociais. São cerca de 800 funcionários. O salário médio nominal do Pinheiros é de R$980,00, R$1.000,00, o que é razoável pelas próprias características do Clube, que tem por finalidade atividades esportivas, portanto depende de uma grande quantidade de instrutores, na área cultural professores, isto é, um perfil peculiar de distribuição de salários. Considerou normal que no final do ano os valores de caixa do Clube sejam baixos, pela própria natureza da arrecadação. Os índices de liquidez no começo do ano são altos porque muitos sócios pagam a anuidade. Então, nesse período o Clube tem mais dinheiro do que ele precisa. Ao longo do ano esta folga vai se exaurindo gradativamente, até que ela chega no final do exercício e, teoricamente, ela deveria ser zero a zero, sem qualquer índice de liquidez. Neste ano, em particular, o Clube dispõe de um valor de caixa baixo, mas não se deve esquecer que ele mensalmente está pagando R$300.000,00 além do previsto inicialmente (depósito judicial do INSS), e a Diretoria não veio ao Conselho pedir este adicional de recursos, apenas tem procurado administrar esta dificuldade com os recursos próprios do Clube. Não fosse este aspecto e o Pinheiros contaria hoje com um Orçamento de Custeio bastante interessante. É claro que existem outras dificuldades, como o Orçamento de Bares e Restaurantes, que de fato se apresenta deficitário até outubro. E está sendo feito todo um esforço para, mais uma vez, se tentar recuperar esse prejuízo, inclusive o mês de outubro não resultou deficitário, o que já é um bom sinal. Mas existe um déficit acumulado de meses anteriores, que infelizmente a Diretoria ainda não conseguiu recuperar. Quanto à transferência de cerca de R$1.000.000,00 do Investimento para Custeio, ela não deve ser motivo de preocupação, porque o Clube passou nos últimos anos, e até em 1997, por um processo bastante dinâmico de remodelação das suas áreas, das suas obras. Houve um ritmo bastante acelerado de investimentos, podendo se suportar uma pausa em 1998, com a execução de obras julgadas essenciais, como um anel hidráulico, porque as instalações são antigas e estão trazendo constantes transtornos. A Diretoria pretende desativar toda a rede hidráulica e construir uma nova, para evitar que os vazamentos aumentem em muito a conta de água, que já é bastante alta. Trata-se de investimento com claro retorno. Sobre a proposta do Conselheiro Luiz Koji Ohara, a Diretoria entendeu que não há possibilidade de aplicá-la em 1998, por questões de ordem operacional. Lembrou que o mesmo Conselheiro foi autor de emenda aprovada anteriormente, possibilitando o parcelamento da anuidade em 2 vezes, nos meses de janeiro e fevereiro, condição pela qual vários associados optaram.

Sérgio Henrique de Sá - Consultado, respondeu ao Sr. Presidente que já tinha sido esclarecido sobre a inadimplência.

Claudio Damasceno Júnior - Boa noite, Dr. Calil. Senhor Presidente da Diretoria, Srs. Conselheiros. Eu vou repetir algumas perguntas que eu fiz na reunião de quarta-feira e infelizmente eu não recebi resposta nem dos membros da Mesa e nem da Diretoria. Como eu acho que elas são relevantes, até pela soberania desta Casa, eu vim apresentar novamente e submeter à apreciação dos colegas de Conselho.

Presidente - Antes de mais nada, convém uma explicação. Aquilo foi uma reunião informal. O senhor fez alguns pedidos de esclarecimento. Não consta que o senhor tenha pedido qualquer esclarecimento à Mesa ou à Diretoria. O senhor pode fazê-lo agora. Por favor.

Claudio Damasceno Júnior - "Bom! Eu queria mais uma vez, como eu disse na reunião, eu sei que é muito mais difícil a gente executar do que alguém de fora avaliar. Então, com todo respeito à Diretoria e aos membros da Comissão Financeira, por favor entendam a contribuição como a humilde contribuição de um Conselheiro que gosta muito do Clube e quer cumprir a obrigação de representar os nossos associados. A primeira delas diz respeito, no meu entendimento, eu gostaria que os Conselheiros me auxiliassem, se eu estiver equivocado, nós temos aqui a Comissão Permanente Financeira, com o seu parecer, e na página 2 ali tem um quadro explicando o motivo de o aumento proposto ser de 15%. Na minha compreensão, eu gostaria mais uma vez que os Conselheiros que tiverem incorrido na mesma forma de interpretação, por favor acompanhassem comigo, nós temos uma explicação de que 20% é a necessidade total, representando R$5.428.000,00 de acréscimo a título de INSS, uma parcela como o Dr. Calil explicou referente a 1998 e uma parcela referente ainda a 1997. Ora, então aqui vamos avaliar como que vai cobrir esses R$5.428.000,00. Eu tive oportunidade, no início da reunião, de sentar com o Presidente da Comissão Financeira, o Conselheiro Adriano, e juntos refizemos os cálculos. Bom! Nós temos o que chama-se em Aritmética ou em Economia de um cálculo com bases diferenciadas. E os 3% sobre a redução de despesas de custeio, que estão com base no nosso orçamento, que é de 34 milhões, são diferentes dos 15% calculados sobre a base de 25 milhões. Em outras palavras, se somarmos R$1.116.000,00, que é a redução de despesas, com R$1.85.000,00 que é a redução de investimentos, com 15% de aumento das contribuições, é uma conta aritmética, para quem quiser fazer comigo, chegaremos a um montante total de R$6.084.000,00.Isso me faz crer que o aumento proposto para cobrir R$5.428.00,00 está sendo mais do que compensado com o aumento proposto. E ainda mais. Na seqüência do Parecer da Comissão Financeira, temos ainda como acréscimo um aumento de 33% de estacionamento, 14% de motos e 43% de Forno Bier etc. Vejam, estou supondo que a informação aqui sintetizada pela Comissão Financeira foi para esclarecimento dos sócios. Ora, se precisamos aumentar, 15, 20, 30% na contribuição social, estamos aqui para defender esse aumento e justificar junto aos sócios. Porém, a minha contribuição nesse momento é no sentido de que saibamos que a conta apresentada para a nossa apreciação...

Presidente - Conselheiro, o senhor está pedido de esclarecimento ao orador.

Claudio Damasceno Júnior - Pois é. Eu estou pedindo só...

Presidente - O senhor já fez o seu pedido de esclarecimento?

Claudio Damasceno Júnior - O esclarecimento é nesse sentido.

Presidente - O senhor está fazendo uma defesa de tese. O senhor precisa pedir os esclarecimentos dele. Se não ...

Claudio Damasceno Júnior - Eu gostaria de ter falado antes dele. Como a palavra me foi dada depois, eu estou tentando ser o mais breve possível. De qualquer forma, o esclarecimento solicitado é o seguinte. Pelo aumento de R$5.428.940,00...

Presidente - Conselheiro Sérgio Calil, há um pedido de esclarecimento...

Sérgio Fuchs Calil - Eu estou ouvindo, Senhor Presidente.

Claudio Damasceno Júnior - Dr. Calil, o montante total de aumento, para se fechar a conta, para se somar, redução de despesa, R$1.085.000,00 de reversão de investimentos, e se chegar a R$5.428.000,00, o montante de acréscimo no aumento das contribuições sociais seria de 12,46%, nem mais e nem menos. Se é 15% aqui, eu gostaria de enxergar qual é a forma como se chegou a esse valor, para que apreciemos e que o nosso parecer seja no sentido de que vamos apoiar o aumento de 15%, que representa uma margem adicional de 10%. Mas os números que nos foram submetidos não corroboram esta explicação.

Sérgio Fuchs Calil - Eu ouvi atentamente a exposição do Conselheiro, e já a havia ouvido na reunião prévia. Eu quero fazer as minhas contas e procurar fazer essas contas de uma maneira simples, para que todos possam acompanhar. Eu entendo que no parecer da Comissão Financeira as contas desenvolvidas tenham sido feitas em caráter mais aproximado, apenas para também facilitar esse entendimento. A base sobre a qual nós devemos calcular aumentos é a contribuição social pura do exercício anterior. É sobre ela que nós vamos incidir. O item contribuição social que o senhor está vendo na página 33 do Orçamento não é a contribuição social pura. É o chamado grupo da contribuição social e ele incorpora alguns sub itens. O que que é essa contribuição social que aí está na página 33, nesse montante que o senhor viu para 1997, que é a primeira coluna, de 25 milhões e alguma coisa? Nós temos aqui uma parte que se refere às chamadas licenças, que são pagas apenas metade do valor e não o valor integral da contribuição social. Nós temos a chamada recuperação do exercício anterior, que são contribuições de 1996 e que só vieram a ser pagas em 1997. Nós temos as contribuições chamadas inadimplentes, que são as contribuições previstas em 1997, mas que só serão pagas em 1998. Quer dizer é uma defasagem. A do exercício anterior, que é paga em 1997, e a de 1997, que vai ser paga em 1998. Então, nós temos uma base de contribuição social pura, para o número de sócios contribuintes que nós tínhamos em 1997, que não é o valor de 25 milhões. O valor correto é de, eu trouxe até aqui comigo, de R$23.700.000,00, este é o valor correto sobre o qual nós temos que calcular a nossa contribuição social. Em1998, nós temos um número menor de contribuintes previstos do que aquele de 1997. Então, como se tem um número menor

em 1998 do que teve em 1997, é claro que o montante necessário vai ser dividido por um número menor e conseqüentemente cada um vai ter que pagar um pouquinho mais, porque a base sobre a qual vai incidir vai ser um pouco menor. São cerca de 600 associados a menos contribuintes que nós teremos para o exercício de 11998 como previsão. Então, usando esta nova base, nós vamos ver o seguinte. O valor que eu preciso de INSS para 1998 é de R$3.418.000,00. Isso dá 14,3% sobre a minha base. O valor daquela contribuição remanescente, de novembro de 1996 até abril de 1997, é de R$2.010.000,00, dos quais R$1.085.000,00 oneram o orçamento de custeio, portanto 4,...

Claudio Damasceno Júnior - De investimento.

Sérgio Fuchs Calil - ... orçamento de investimento, que dá 4,6%. E o restante cai no próprio orçamento de custeio, R$925.000,00, que dá 3,9%. Está soma dá 22,8%. Desses 22,8%, nós temos que tirar 4,6%, que foi para o orçamento de investimento, e nós temos que tirar 3 e pouco, que é a diferença, que caiu na redução das nossas despesas, o que dá 3 vírgula poucos por cento, que você dividiu a redução que nós estamos propondo por essa base de 23 milhões. Isso leva aos 15% a que nós chegamos. É possível que existam algumas explicações a mais que sejam preciso dar, mas eu acho um pouco difícil detalhá-las ainda mais, pela natureza do foro em que estamos aqui colocando. De qualquer forma, eu tenho uma explicação, eu não sei se é a mesma explicação, que certamente será, da Comissão Financeira, para o cálculo dessa diferença. Então, nós não estamos a mais do que de fato nós estamos necessitando.

Claudio Damasceno Júnior - Uma diferença de R$328.000,00, com base nos cálculos que o senhor acabou de apresentar agora, R$328.000,00, o que representa aproximadamente 1% do orçamento.

Sérgio Fuchs Calil - Não. No meu não existe essa diferença.

Claudio Damasceno Júnior - Não. Eu fiz o cálculo agora...

Presidente - Conselheiro, o senhor fez um pedido de esclarecimentos que serão dados...

Sérgio Fuchs Calil - Pode ser que exista.

Claudio Damasceno Júnior - Pode ser, não é? Então, na verdade eu gostaria só que registrasse, já que a questão já está parcialmente respondida, que o aumento proposto hoje, em somado em bases reais, com base na contribuição social, está sendo proposto hoje, e é importante que isso fique registrado, 4,3%, que representa a redução do custeio, com base na contribuição social, 4,2%, que é o que representa a redução de investimento, com base na contribuição social, e 15%, que é o proposto de aumento na contribuição social, estamos num montante de aumento proposto de 23,5%, que vai

perfazer um total de R$6.084.000,00, acima portanto dos R$5.428.990,00. E deixo aqui o meu voto de confiança na Diretoria e apoio esse aumento.**”.**

João Paulo Rossi - Considerando os valores lançados na proposta, perguntou quais eram os serviços terceirizados pelo Clube e quantos funcionários estariam envolvidos nessa terceirização.

Sérgio Fuchs Calil - Respondeu que não dispunha do número de funcionários que participavam dos serviços terceirizados. O Clube terceiriza os serviços dos professores e instrutores que atuam no Ginásio de Fitness; a maior parte do pessoal da limpeza dos vidros é terceirizada; os serviços de ascensoristas; alguns serviços de jardinagem. Questionado pelo Conselheiro João Paulo Rossi, respondeu que a manutenção e a segurança não são totalmente terceirizadas, apenas para alguns serviços, mas não permanentemente; que são cerca de 60, 70 profissionais terceirizados; e que os contratos são revistos a cada renovação e que já houve caso de readequação em períodos de crise, como foi feito neste final de ano.

Synésio Alves de Lima - Perguntou quanto representava no reforço do orçamento de 1998 o item Patrocínio, que até então não tinha sido questionado.

Sérgio Fuchs Calil - Esclareceu que os recursos solicitados na proposta eram os que oneravam exclusivamente pelo quadro associativo, não necessariamente o total das despesas de setores como, por exemplo, o Voleibol, que tem a maior parte das despesas suportada por um patrocínio externo e uma parcela muito pequena delas suportada pelo Custeio, portanto paga pelo associado. Esta é uma das condições que a Diretoria está perseguindo fortemente, até por recomendação do próprio Conselho. Evitar que dispêndios com as equipes profissionalizadas recaiam sobre os associados. O patrocínio, pela sua própria natureza, não garante sua continuidade após vencido o contrato. Então, ele não é considerado no Orçamento até por uma questão de técnica orçamentária. É um elemento de reforço dos recursos para outras despesas que também não integram a peça. Atualmente o clube conta com 3 contratos de patrocínio. O patrocínio cultural, do Banco de Boston, da ordem de R$300.000,00, sendo grande parte valor utilizada nos festejos de aniversário. O patrocínio do Mappin, especificamente para o Voleibol, é da ordem de R$60.000,00/mês. O terceiro patrocínio é da Blue Life, para a equipe de Bola ao Cesto, da ordem de R$30.000,00. A prestação de contas dos patrocínios é enviada mensalmente ao Conselho, no relatório A.V.O. (Análise da Variação Orçamentária).

Synésio Alves de Lima - Perguntou como fica o caso do Voleibol, por exemplo, se eventualmente deixasse de contar com o patrocinador. A equipe seria desfeita, ou seria mantida com o suporte administrativo até se conseguir um novo patrocínio?

Presidente da Diretoria, Cezar Roberto Leão Granieri - Complementou a informação do seu representante, explicando que a política adotada como patrocínio

era exatamente para o incremento da atividade. Contando com patrocínio, o Clube tem uma equipe forte, uma festa forte. Se não houver patrocínio, essa capacidade é diminuída. No Volei, o Clube só teve condições de conseguir esse patrocínio porque dispunha de uma base, um time formado com custo baixíssimo disputando.

Mário Sérgio Fernandes - Referindo-se ao processo do INSS, perguntou se existia alguma previsão de prazo para o Clube eventualmente reaver o montante depositado em juízo.

Sérgio Fuchs Calil - Informou que o Clube está com ações na Justiça, pleiteando uma tese chamada tese da isonomia com os clubes de futebol profissional, que ele acredita será vencedora. Se não houvesse uma convicção, o Clube não estaria depositando em juízo, mas pagando diretamente à Receita Federal. Se a tese for vencedora, ao invés de recolher este tributo na forma de uma empresa, isto é, 26,5% da folha de pagamento dos funcionários, o Clube a recolherá apenas na forma preconizada pela última Medida provisória, de outubro de 1996, que determina 5% da arrecadação dos espetáculos esportivos, patrocínios, etc. Disse acreditar que essas análises na Justiça sejam demoradas.

Presidente - Antes de colocar a matéria em votação, perguntou ao Conselheiro Luiz Koji Ohara, se ele pretendia transformar sua sugestão em emenda, tendo o mesmo dito que sim.

Deliberação

Submetida a matéria à votação, foi aprovada a proposta orçamentária para 1998, conforme apresentada pela Diretoria.

Colocada em votação a emenda do Conselheiro Luiz Koji Ohara, no sentido de que a anuidade pudesse ser paga em quatro (4) vezes, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, foi a mesma rejeitada.

Também foi rejeitada a proposta do Conselheiro Eduardo Lobo Fonseca, pretendendo que: 1) o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor das contribuições sociais fosse assim distribuído: somente 1/3 (um terço) deste percentual (ou seja, 3%) fosse acrescido às Contribuições Sociais, na forma proposta pela Diretoria, com a proporcional readequação, para fazer face à redução desta receita, de cada um dos itens de despesa do orçamento de custeio, e que os restantes 2/3 (10%), fossem cobrados como "Contribuição Emergencial para Recomposição de Caixa" destinada integralmente ao Fundo de Emergência; 2) a cobrança da Contribuição Emergencial seria feita simultaneamente com a das Contribuições Sociais, explicitada separadamente como "Contribuição Emergencial para Reforço de Caixa", conforme opção do associado: em 1 ou 2 vezes quando optar pelo pagamento de anuidade, ou mensalmente;

Item 3 - Várias.

Roberto Machado Moreira - Abordou a situação dos funcionários dos concessionários do Salão de Beleza do Clube, dizendo que nos termos dos contratos vigentes tais concessionários obrigam-se a respeitar as normas legais, incluindo as trabalhistas, correndo por sua conta e risco todos os encargos trabalhistas e previdenciários, inclusive os relativos ao FGTS. Todavia, não o fazem, lesando frontalmente os seus empregados, o INSS e a Caixa Econômica Federal como gestora que é do FGTS. Os funcionários atendem aos sócios do Clube, são registrados pelo piso salarial, mas recebem por fora 40% de comissão sobre o respectivo faturamento, portanto este percentual não é considerado no pagamento dos encargos por parte dos concessionários, o que refletirá negativamente na aposentadoria dos empregados. Além disso, esses funcionários não recebem o 13º salário, embora sejam obrigados a assinar referido recibo; suas faltas por motivo de doença são descontadas mesmo mediante a apresentação de atestado médico. Contou que na primeira vez que se dirigiu à Diretoria, lhe foi respondido que este era um problema da concessionária. Não é bem assim. Na verdade, conforme cláusula do contrato de concessão cabe ao Clube fiscalizar o cumprimento das normas legais. Lembrou termos de carta enviada à Diretoria em 1995 pela Presidência do Conselho, alertando-a sobre a necessidade desse acompanhamento por parte do Clube, sob pena de acarretar o seu envolvimento do Pinheiros no caso de uma fiscalização dos órgãos competentes. Tendo tornado a se manifestar sobre o assunto, há questão de 10 meses a Diretoria pronunciou-se dizendo que o problema já existia desde 1967, que o Conselho havia aprovado a terceirização desses serviços e, depois de uma série de considerações, que havia contratado jurista especializado para reformular os contratos de concessão existentes e elaborar sistemas de controle, métodos de fiscalização a par de auditorias periódicas para minimizar o problema. Reclamou providências da Diretoria, que até o momento não foram tomadas.

Anna Maria da Carvalheira Baur - Parabenizou a Diretoria de Promoções Sociais, pela realização da Festa dos Veteranos, tecendo elogios ao evento e estendendo os cumprimentos à Diretoria como um todo. Finalizando, leu uma mensagem de sua autoria, desejando a todos feliz Ano Novo.

Eduardo Lobo Fonseca - Fez comentários elogiosos sobre as manifestações da Conselheira Anna Maria da Carvalheira Baur na tribuna. Comentou que no começo do ano encaminhou carta à Diretoria, a respeito do uso de protetores solares na piscina, tendo esta respondido que tinha acolhido sua sugestão e estava permitindo e observando o uso de filtros e bloqueadores solares não oleosos, sem comprometimento das exigências legais. Tendo voltado a freqüentar a piscina, foi observado por um funcionário responsável, que lhe mostrou a placa proibitiva do uso de protetor solar naquele recinto. Pediu providências da Diretoria a respeito.

Fábio Eduardo Nesti - Apresentou pedido de algumas associadas, no sentido de que a Central de Atendimento funcionasse até mais tarde pelo menos uma vez por semana, eventualmente alterando o horário de trabalho de algumas funcionárias para não gerar despesas com horas-extras.

Mário Lima Cardoso - Referiu-se à proposta que apresentou à Mesa no início da reunião, de inversão da ordem do dia para apreciação do item Várias em primeiro lugar, lamentando que ela se justificava pelo quadro com qual se deparava naquele instante - um baixo número de Conselheiros em plenário, em especial se se considerar a essência dos assuntos tratados neste item: a vontade do associado.

José Carlos Rizzo Mirisola Júnior (aparte) - Corroborando com o orador, disse entender que o momento do item Várias é democrático do Clube, quando se discute as idéias, há o debate de filosofias e é colocado o que cada um anseia e pensa para o futuro do Pinheiros. Explicou que na reunião anterior, excepcionalmente teve se retirar para atender a uma questão familiar, tendo sido observado pela Mesa do Conselho através de carta, em virtude de ter havido verificação de votação, mas que não costuma fazê-lo, com o que concordou o Sr. Presidente.

Roberto Machado Moreira (aparte) - Lembrou que na última verificação de votação ficou patente que o número de ausentes foi maior do que o daqueles que votaram.

Mário Lima Cardoso - Também manifestou sua insatisfação pela ausência da maior parte dos Diretores. Já que a Diretoria é convidada para comparecer à reuniões, ela poderia "in totum" presente, seja para receber reclamações, seja para receber uma homenagem. Disse esperar que a Presidência estabeleça uma criatividade, no sentido de que essas situações sejam modificadas, talvez até por uma mudança estatutária ou regimental, com respeito ao desrespeito de Várias.

Presidente - Explicou ao Conselheiro José Carlos Rizzo Mirisola Júnior que a carta enviada pela Mesa não se tratou de uma crítica, mas de um lamento pela sua ausência naquela oportunidade. Comunicou ao Conselheiro Mário Lima Cardoso que estão adiantados os estudos de alteração do Regimento do Conselho, nos quais foi inserida parte relativa à questão do item Várias, que acredita terá um tratamento consentâneo com o pretendido. Tendo o Conselheiro José Carlos Rizzo Mirisola Júnior esclarecido que sempre permanece até o final das reuniões, disse o Sr. Presidente que era testemunha disso. Informou o número de Conselheiros que tinham assinado a lista de presença, o horário e deu por encerrados os trabalhos às 23h45m.

mlf.